TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

QUARTA-FEIRA
24 DE ABRIL DE 2024

EDIÇÃO DIGITAL

PUBLICIDADE LEGAL

(41) 99973 7688

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign cfd36357-b6d1-42ab-b2d1-64c58226c9f9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Margem Companhia de Mineração
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2023 e 2022 ***(Em milhares de Reais)***

Ativos	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	53.511	55.124
Contas a receber	9	81.026	43.825
Estoques	10	87.052	75.678
Impostos a recuperar	11	16.349	14.160
Outras contas a receber		9.883	13.416
		247.821	202.203
Não circulante			
Impostos a recuperar	11	34.407	35.963
Outras contas a receber		4.861	2.610
Direito de uso dos ativos	13	6.260	6.313
Imobilizado	12	990.765	989.687
Intangível		4.266	901
		1.040.559	1.035.474
Total do ativo		1.288.380	1.237.677

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	14	82.091	79.024
Empréstimos e financiamentos	15	140.086	36.447
Salários e encargos sociais		5.573	5.106
Impostos a recolher	17	38.704	12.678
Adiantamentos de clientes		415	312
Passivos de arrendamentos	16	5.841	5.004
Instrumentos derivativos	25	11.421	5.559
Outras contas a pagar	18	33.872	44.045
		318.003	188.175
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	191.782	236.268
Passivos de arrendamentos	16	1.232	1.904
Impostos a recolher	17	181.569	202.512
Outras contas a pagar	18	50	52
Impostos diferidos	23	20.093	11.203
Provisão para litígios	24	15.102	12.702
		409.828	464.641
Total do Passivo		727.831	652.816
Patrimônio líquido	19		
Capital social integralizado		421.419	421.419
Ajustes de avaliação patrimonial		116.681	117.938
Reserva legal		4.928	4.072
Reservas de lucros		17.521	41.432
Total patrimônio líquido		560.549	584.861
Total do passivo e patrimônio líquido		1.288.380	1.237.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ***(Em milhares de Reais)***

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		621.419	119.259	1.974	18.859	761.511
Lucro líquido do exercício		-	-	-	42.208	42.208
Redução capital social	19.1	(200.000)	-	-	-	(200.000)
Constituição reserva legal		-	-	2.098	(2.098)	-
Distribuição dividendos		-	-	-	(18.858)	(18.858)
Realização do custo atribuído		-	(1.321)	-	1.321	-
Em 31 de dezembro de 2022		421.419	117.938	4.072	41.432	584.861
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.120	17.120
Constituição reserva legal		-	-	856	(856)	-
Distribuição dividendos	19.5	-	-	-	(41.432)	(41.432)
Realização do custo atribuído	23	-	(1.257)	-	1.257	-
Em 31 de dezembro de 2023		421.419	116.681	4.928	17.521	560.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ***(Em milhares de Reais)***

	Nota	2023	2022
Receita de vendas	20	509.045	532.408
Custos das vendas	21	(353.276)	(342.592)
Lucro bruto		155.769	189.816
Despesas administrativas	21	(16.724)	(13.738)
Despesas comerciais	21	(64.842)	(78.711)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	21	(279)	118
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	21	(153)	3.542
Lucro antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		73.771	101.027
Despesas financeiras	22	(66.620)	(57.647)
Receitas financeiras	22	18.859	16.153
Despesas financeiras, líquidas	22	(47.761)	(41.494)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		26.010	59.533
Imposto de renda e contribuição social - correntes	23b	-	(6.299)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23b	(8.890)	(11.026)
Lucro líquido do exercício		17.120	42.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		26.010	59.533
Valor residual de imobilizado baixado	12	1.834	126
Provisão para litígios	24	2.400	4.584
Depreciação e exaustão	12	59.092	58.283
Amortização de ativos intangíveis		1.175	329
Depreciação dos ativos de direito de uso	13	5.574	4.954
Juros incorridos	15	23.540	22.251
Outras despesas financeiras	21	20.070	5.539
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	(7.746)	(10.897)
Variação dos contratos de instrumentos financeiros derivativos	15	22.981	30.427
Provisão para perdas de estoques	10	1.992	1.431
Provisão de perda esperada para crédito liquidação duvidosa	9	279	(118)
		157.201	176.442
Variação em			
Contas a receber de clientes		(37.480)	(18.416)
Estoques		(11.374)	(1.851)
Impostos a recuperar		(633)	10.508
Outros ativos		1.282	(3.972)
Fornecedores		3.067	(8.335)
Salários e encargos sociais		467	(658)
Impostos a recolher		5.083	42.982
Outras contas a pagar		(11.447)	(3.366)
Pagamento de provisões para lítígios	25	-	(5.739)
Juros pagos	15	(22.329)	(21.576)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(6.299)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		83.837	159.720
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	12	(62.004)	(29.259)
Aquisição de ativo intangível		(4.540)	(185)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(66.544)	(29.444)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos	19	(41.432)	(17.555)
Pagamentos por redução capital	19	(18.567)	(170.000)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	15	(16.288)	(28.134)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	15	-	1.115
Empréstimos e financiamentos tomados	15	131.039	135.850
Pagamentos de arrendamento mercantil principal	16	(8.307)	(5.366)
Pagamentos de empréstimos	15	(65.351)	(106.001)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(18.906)	(190.091)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1.613)	(59.815)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	55.124	114.939
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	53.511	55.124
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.613	(59.815)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro do exercício	17.120	42.208
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	17.120	42.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Margem Companhia de Mineração
Curitiba – PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Margem Companhia de Mineração ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Margem Companhia de Mineração em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Curitiba, 10 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2 Contexto operacional
A Companhia tem como objeto social a fabricação de cimento e extração de calcário. Sua atuação abrange as regiões Sul e Sudeste do Brasil, através do fornecimento de cimento e calcário para seus clientes e para sua controladora Supremo Cimentos.
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R$ 70.182 (CCL positivo em R$ 14.028 em 31 de dezembro de 2022). O aumento do passivo circulante é resultado da necessidade de suporte financeiro para os projetos de investimentos em andamento na Companhia para o ano de 2024, através de operações de curto prazo conhecidas como 'empréstimos ponte'. Ressaltamos que o ativo circulante da Companhia apresenta um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias, enquanto o passivo circulante reflete um período de 12 meses referente ao serviço da dívida. A Administração prevê que esse endividamento será regularmente liquidado com a futura geração de caixa da Companhia, mantendo assim uma gestão financeira sustentável e equilibrada.
O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia está sendo fortalecido devido ao aumento previsto na geração de caixa. Concomitantemente, a Companhia está em processo de negociação para estender os prazos de pagamento de sua dívida financeira. Espera-se que essa iniciativa resulte em melhorias na condição atual de seu capital circulante líquido.
Durante o exercício de 2023, a operação da Companhia foi impactada por uma série de desafios operacionais, notadamente relacionados à produção de clínquer. No primeiro semestre, enfrentamos dificuldades significativas devido à formação de anéis no forno, resultando em interrupções frequentes na produção de clínquer, e consequentemente, na produção de cimento.
Essas interrupções afetaram nossa capacidade de atender à demanda do mercado e resultaram em uma diminuição no faturamento em comparação com o exercício anterior. Além disso, os custos associados às paradas no processo produtivo contribuíram para uma redução no resultado operacional.
Embora tenhamos implementado medidas corretivas e solucionado o problema no terceiro trimestre do ano, os impactos financeiros dessas interrupções se refletiram no resultado anual da empresa.
É importante ressaltar que, apesar dos desafios enfrentados, a empresa permanece comprometida em manter e fortalecer suas operações, buscando constantemente melhorias em seus processos produtivos e adotando medidas preventivas para mitigar futuros contratempos operacionais.
A Companhia investe em produção de cimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que os investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura, acredita-se que a Companhia continuará contratando linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem o seu crescimento.
Na sequência da melhoria operacional da Companhia, evolução de resultados, e do comportamento favorável do caixa, a Companhia procedeu em 2022 e 2023 à distribuição de dividendos ao seu acionista Supremo Cimentos S.A., conforme detalhado na nota explicativa 18.5.
3 Base de preparação
Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 10 de abril de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras.
Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.
4 Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
5 Uso de estimativas e julgamento
Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.
As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
• **Nota explicativa 8 –** mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber de clientes;
• **Nota explicativa 12 –** vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado
• Nota explicativa 13 – direitos de uso
• **Nota explicativa 22** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
• **Nota explicativa 25** – reconhecimento e mensuração de provisões para litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e
• **Nota explicativa 26** – determinação do valor justo dos instrumentos financeiros
6 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.
7 Principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.
7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign cfd36357-b6d1-42ab-b2d1-64c58226c9f9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

7.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *imparidade*).

7.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

• As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

• Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

• Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia possui contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumentos financeiros para proteção cambial.

7.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

7.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído **dos terrenos e jazidas minerais na data de transição para adoção dos CPCs/IFRS.** O custo histórico inclui os custos com financiamento relacionados com a construção de edificações, custos com obtenção de autorizações de operação junto aos órgãos ambientais e gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina.

Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A amortização da jazida e do custo com o seu decapeamento são feitas em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis econômicas, que é estimada, para os dois exercícios apresentados, como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 a 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

7.6 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

7.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

7.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

7.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial.

7.10 Capital social

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

7.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

***a.* Venda de produtos**

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de produto, cimento e calcário.

As vendas são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido para os clientes, o que acontece substancialmente quando os produtos são disponibilizados ao transportador, haja vista que as vendas são substancialmente FOB (Free on Board).

***b.* Prestação de serviços**

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

c. *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

7.12 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.14 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Empresa irá adotar as normas e novas interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

• O que se entende por direito de adiar a liquidação.

• Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.

• Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.

• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7, equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e ao IFRS 7, equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a

compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações

tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa e suas controladas não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários em conta-corrente	164	3.046
Aplicações financeiras	53.347	52.078
	53.511	55.124

As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras brasileiras de primeira linha em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação entre 80% a 101,5% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) em 2023 e 2022, sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

9 Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber de clientes terceiros	33.776	27.500
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 24)	49.306	18.101
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(2.056)	(1.776)
	81.026	43.825

A Companhia é cedente dos direitos creditórios mediante contrato de financiamento da parte relacionada, Supremo Cimento S.A contraído junto ao Banco Itau S.A, cujo montante das garantias em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 12.000 (R$ 20.000 em 31 de dezembro de 2022).

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2023	2022
A vencer	81.026	43.276
Vencidos até 90 dias	809	34
Vencidos até 180 dias	141	78
Vencidos acima de 180 dias	1.106	1.663
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(2.056)	(1.776)
	81.026	43.825

A imparidade para perda esperada por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A imparidade é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign cfd36357-b6d1-42ab-b2d1-64c58226c9f9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	(1.776)	(1.894)
Constituições	(489)	(144)
Reversões	209	262
	(2.056)	(1.776)

10 Estoques

	2023	2022
Matéria-prima e outros materiais	83.259	69.781
Produtos acabados	7.219	7.331
Provisão Imparidade	(3.426)	(1.434)
	87.052	75.678

A Administração avalia de forma constante os estoques da Companhia quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2023 a Administração identificou a necessidade de constituir provisão para imparidade de R$ 3.426 (R$ 1.434 em 31 de dezembro de 2022).

11 Impostos a recuperar

	2023	2022
ICMS (a)	8.983	7.343
Imposto de renda retido na fonte	1.441	1.480
IPI	2.062	1.886
PIS/COFINS sobre aquisição de ativo permanente (a)	38.264	39.196
Outros	6	218
	50.756	50.123
(-) Circulante	16.349	14.160
Não circulante	34.407	35.963

(a) Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica a Companhia acumulou o ICMS, PIS/COFINS sobre essas aquisições que está compensando com o início da operação que ocorreu em Abril de 2015.

12 Imobilizado

	Terrenos	Jazida Minerais	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Custo									
Em 1º de janeiro de 2022	36.070	197.224	355.007	677.695	19.241	142	9.825	13.160	1.308.364
Adições	-	-	14	1.983	440	-	1.588	25.234	29.259
Baixas	-	-	-	(2.729)	(460)	-	(138)	(8)	(3.335)
Transferência	-	2.720	5.635	3.889	37	-	-	(12.281)	-
Em 31 de dezembro de 2022	36.070	199.944	360.656	680.838	19.258	142	11.275	26.105	1.334.288
Adições	-	-	327	4.879	10.523	222	2.248	43.805	62.004
Baixas	-	-	(140)	(2.688)	-	-	(96)	(1.492)	(4.416)
Transferência	-	-	807	5.050	-	-	73	(5.930)	-
Em 31 de dezembro de 2023	36.070	199.944	361.650	688.079	29.781	364	13.500	62.488	1.391.876
Depreciação e exaustão acumulados									
Em 1º de janeiro de 2022	-	(18.164)	(54.999)	(203.487)	(6.658)	(136)	(6.083)	-	(289.527)
Depreciação e exaustão	-	(5.091)	(10.109)	(40.542)	(1.508)	(5)	(1.478)	-	(58.733)
Baixa por alienação	-	-	-	2.728	460	-	21	-	3.209
Em 31 de dezembro de 2022	-	(23.255)	(65.108)	(241.301)	(7.706)	(141)	(7.090)	-	(344.601)
Depreciação e exaustão	-	(4.628)	(10.044)	(41.586)	(1.415)	(17)	(1.402)	-	(59.092)
Baixa por alienação	-	-	152	2.333	-		97	-	2.582
Em 31 de dezembro de 2023	-	(27.883)	(75.000)	(280.554)	(9.121)	(158)	(8.395)	-	(401.111)
Valor contábil									
Em 1º de janeiro de 2022	36.070	179.060	300.008	474.208	12.583	6	3.742	13.160	1.018.837
Em 31 de dezembro de 2022	36.070	176.689	295.548	439.537	11.552	1	4.185	26.105	989.687
Em 31 de dezembro de 2023	36.070	172.061	286.650	407.525	20.660	206	5.105	62.488	990.765

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

13 Direito de uso de ativos

	31/12/2023					
Imobilizado	**Edificações**	**Terrenos**	**Equipamentos de Transporte**	**Veículos**	**Equipamentos Informática**	**Total**
Em 1° de janeiro de 2023	912	83	2.203	3.053	62	6.313
Adições	1.459	426	2.641	2.770	16	7.312
Baixas	-	(77)	-	(1.709)	(1)	(1.787)
Depreciação no período (*)	(958)	(103)	(2.479)	(2.002)	(32)	(5.574)
Saldo em 31/12/2023	1.413	329	2.365	2.112	41	6.260

	31/12/2022					
Imobilizado	**Edificações**	**Terrenos**	**Equipamentos de Transporte**	**Veículos**	**Equipamentos informática**	**Total**
Em 1° de janeiro de 2022	1.571	88	1.989	59	74	3.781
Adições	63	-	2.910	4.493	20	7.486
Depreciação no período (*)	(722)	(5)	(2.696)	(1.499)	(32)	(4.954)
Saldo em 31/12/2022	912	83	2.203	3.053	62	6.313

(*) As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 3 anos.

14 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	43.062	38.086
Fornecedores de ativo fixo nacionais	5.123	1.655
Fornecedores de ativo fixo mercado externo	7.792	5.017
Fornecedores partes relacionadas (Nota explicativa 23)	26.114	34.266
	82.091	79.024

Os saldos a pagar são denominados em reais no caso de contas a pagar no mercado nacional e em dólares para as aquisições do mercado externo.

15 Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Passivo								
		Vencimento	Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Encargos anuais	**Final**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
EKF/ELO	CDI+1,35%	2025	20.050	20.050	10.025	30.075	30.075	50.125
Custo de captação recursos			(288)	(628)	(14)	(303)	(302)	(931)
Encargos apropriados			1.694	3.008	-	-	1.694	3.008
			21.456	22.430	10.011	29.772	31.467	52.202
BNDES	TJLP +3,54%	2029	13.035	13.035	54.311	67.345	67.346	80.380
Encargos apropriados			223	358	-	-	223	358
			13.258	13.393	54.311	67.345	67.569	80.738
Capital de Giro	Libor +1,25%	2025	103.320	-	127.460	139.151	230.780	139.151
Encargos apropriados			2.052	624	-	-	2.052	624
			105.372	624	127.460	139.151	232.832	139.775
Total			140.086	36.447	191.782	236.268	331.868	272.715

Em 16 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o *Eksportlaaneordningen* (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (*EksportKreditFonden* ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal no valor de R$ 200.500, tendo como saldo remanescente em 31 de dezembro de 2023 o montante de R$ 30.075 (R$ 50.125 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de financiamento com parcelas semestrais do principal pagáveis desde julho de 2015 e até janeiro de 2025.

Em 13 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R$ 95.000 tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos, já concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, que permitiu, na época, o alongamento do prazo médio da dívida da companhia. Este financiamento está garantido por uma Stand by Letter of Credit do BBVA, por sua vez garantida pela Secil. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2023 é de 67.345 (R$ 80.380 em 2022).

Em abril de 2022 a Companhia contratou Empréstimo Externo sob a Lei nº 4131 junto ao Banco Caixa Geral de Depósitos de Portugal no montante de USD 16.000 (R$ 80.350) com vencimento total do montante contratado para 36 meses com pagamento de juros trimestrais.

Em junho de 2022 a Companhia contratou Empréstimo Externo sob a Lei nº4131 junto ao *Deutsche Bank AG*-Sucursal em Portugal no montante de EUR 10.000 (R$ 55.500) vencimento bullet para 24 meses, com pagamento de juros trimestrais.

Em agosto de 2023 a Companhia contratou Empréstimo Direto em Reais junto ao Banco Santander no montante de R$50.000 vencimento *bullet* para 36 meses, com pagamento de juros trimestrais.

Em outubro de 2023 a Companhia contratou Empréstimo Externo sob a Lei nº4131 junto ao Banco do Brasil – Frankfurt Alemanha no montante de EUR 9.256 (R$ 49.467) vencimento *bullet* para 12 meses, com pagamento de juros trimestrais.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam cobertos via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) /euro (Euribor).

No final de cada mês, a Companhia atualiza o valor do empréstimo de USD/EUR para reais. Os contratos de swap são atualizados em função da taxa da marcação a mercado, registrando os seus valores justos (i) quando positivos, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativos, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos". Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo do instrumento derivativo de R$ 11.421 foi classificado no passivo circulante (R$ 5.559 no passivo circulante em 31 de dezembro de 2022).

			2023					
Banco	**Objeto Proteção**	**Moeda**	**Notional BRL**	**Valor em moeda estrangeira**	**Valor Justo**	**Ganho (Perda)**	**Pagamentos**	**Recebimentos**
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(90.136)	(16.000)	(8.851)	(13.768)	(9.669)	-
Banco BPI(*)	Empréstimos	EUR	(31.572)	(6.000)	-	(534)	(534)	-
Banco do Brasil	Empréstimos	EUR	(49.467)	(9.256)	(8)	(836)	-	-
Banco Deutsche	Empréstimos	EUR	(55.500)	(10.000)	(2.562)	(7.843)	(6.085)	-
			(264.246)	(49.000)	(11.421)	(22.981)	(16.288)	-

(*) *Contratos liquidados em durante 2023, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2023.*

			2022					
Banco	**Objeto Proteção**	**Moeda**	**Notional BRL**	**Valor em moeda estrangeira**	**Valor Justo**	**Ganho (Perda)**	**Pagamentos**	**Recebimentos**
Banco Caixa Geral (*)	Empréstimos	USD	(38.260)	(7.000)	-	(2.008)	(2.008)	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(90.136)	(16.000)	(4.754)	(14.323)	(17.354)	1.115
Banco Caixa Geral (*)	Empréstimos	USD	(80.350)	(16.000)	-	(9.481)	(6.567)	-
Banco Deutsche	Empréstimos	EUR	(55.500)	(10.000)	(805)	(4.615)	(2.205)	-
			(264.246)	(49.000)	5.559	(30.427)	(28.134)	1.115

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores econômicos e financeiros (*covenants*). O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, todos os indicadores foram atendidos.

Com relação ao Custo com Captação de Recursos, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia tem reconhecido contabilmente o valor de R$ 302 (R$ 931 em 2022), como redutora da dívida financeira, oriundo dos custos com a captação de financiamentos para a nova fábrica de cimento. Estes custos foram capitalizados ao Ativo Imobilizado até março de 2015, a partir de abril de 2015, com a conclusão da construção do ativo, estes custos amortizados compõem o resultado através da rubrica despesas financeiras, a uma taxa efetiva de 2% a.a., conforme estabelece o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 20 combinado com pronunciamento Técnico Contábil CPC 08.

O cronograma dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas	**Valores em R$ 2023**	**Valores em R$ 2022**
Um ano (2024)	140.086	36.447
Dois anos (2025)	105.660	69.328
Três anos (2026)	63.035	96.515
Quatro anos (2027)	13.035	13.032
Maior ou igual a cinco anos (2028 e seguintes)	14.120	57.393
	331.868	272.715

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2023:

	Saldo inicial	Adições	Variação Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
BNDES	80.738	-	-	6.921	(13.034)	(7.056)	67.569
EKF	52.202	-	-	5.288	(20.050)	(5.973)	31.467
Deutsche Bank	55.676	-	(2.489)	3.685	-	(3.061)	53.811
Banco do Brasil	-	49.467	70	644	-	-	50.181
Banco BPI	-	31.572	695	781	(32.267)	(781)	-
Banco Santander	-	50.000	-	2.609	-	(1.829)	50.780
Caixa Geral	84.099	-	(6.022)	3.612	-	(3.629)	78.060
	272.715	131.039	(7.746)	23.540	(65.351)	(22.329)	331.868

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2022:

	Saldo inicial	Adições	Variação Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
BNDES	93.407	-	-	9.492	(10.862)	(11.299)	80.738
EKF	70.628	-	-	8.388	(20.050)	(6.764)	52.202
Deutsche Bank	-	55.500	168	925	-	(917)	55.676
Caixa Geral	89.623	80.350	(11.065)	2.876	(75.089)	(2.596)	84.099
	253.658	135.850	(10.897)	21.681	(106.001)	(21.576)	272.715

Passivos de arrendamento

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

Tempo determinado de arrendamento	**Percentual**
Até um ano	14,38 % a.a
De um ano a três anos	14,77 % a.a
De três anos a cinco anos	14,26 % a.a

	31/12/2023
Dívida reconhecida em 31 de dezembro de 2022	6.908
Pagamentos parcela	(8.307)
Adição	9.371
Juros	(899)
Saldo 31 de dezembro de 2023 Curto Prazo	5.841
Saldo 31 de dezembro de 2023 Longo Prazo	1.232

	31/12/2022
Dívida reconhecida em 31 de dezembro de 2021	4.216
Pagamentos parcela	(5.366)
Adição	8.688
Juros	(630)
Saldo 31 de Dezembro de 2022 Curto Prazo	5.106
Saldo 31 de dezembro de 2022 Longo Prazo	1.904

Vencimento das parcelas 31/12/2023	**Valores em R$**	**Percentual**
Um ano (2024)	5.841	82%
Dois anos (2025)	696	9%
Três anos (2026)	536	9%
	7.073	100%

17 Impostos a recolher

	2023	2022
Paraná Competitivo (*)	212.522	208.328
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	5.617	6.042
Pis	32	8
Cofins	148	75
Imposto Sobre Serviços (Retenção ISSQN)	133	68
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	417	358
Outros (CFEM, CSRF, INSS, Outras obrigações tributárias)	1.404	311
	220.273	215.190
Passivo circulante	38.704	12.678
Passivo não circulante	181.569	202.512

19 Outras contas a pagar

	2023	2022
Passivo circulante		
Outras contas a pagar (i)	**5.907**	**6.144**
Outras contas a pagar - partes relacionadas (Nota explicativa 24c)	**27.965**	**37.901**
Total passivo circulante	**33.872**	**44.045**
Passivo não circulante		
Provisão para compensação ambiental	**50**	**52**
Total passivo não circulante	**50**	**52**

(*) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015 e se encerrou em 2023.

(i) O saldo de outras contas a pagar no passivo circulante contém provisões de pagamentos de despesas operacionais tais como provisão de energia elétrica de R$ 3.036 (R$ 2.772 em 31 de dezembro de 2022), provisão de fretes sobre compras e sobre vendas de R$ 817 (R$ 1.114 em 31 de dezembro de 2022), provisão de aquisição de produtos ou serviços recebidos no mês cujas notas fiscais ainda não tinham sido recebidas de R$ 1.989 (R$ 2.229 em 31 de dezembro de 2022), portanto, não foram escrituradas até o encerramento do exercício.

20 Patrimônio líquido

20.1 Lucro líquido por ação

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign cfd36357-b6d1-42ab-b2d1-64c58226c9f9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

O lucro líquido básico por ações é calculado mediante divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações em circulação no final dos exercícios. Não há instrumentos de patrimônio que possam gerar a diluição do lucro por ação. Portanto, o lucro por ação básico é igual ao diluído.

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	17.120	42.208
Média ponderada das ações em circulação no ano	421.419	571.168
Lucro básico por ações no final do exercício	0,04062	0,07390

Capital social

Em 13 de outubro de 2022 deliberou-se a redução de capital aos acionistas, conforme ata de assembleia geral aprovada pelo Conselho de Administração no montante de R$ 200.000, ocorrendo a liquidação de R$ 170.000 em 25 de outubro de 2022, e a liquidação de R$ 18.567 em 21 de agosto de 2023, restando o montante de R$ 11.433 a ser liquidado em 2024, conforme nota explicativa 23(c).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 capital social subscrito e integralizado é de R$ 421.419 (R$ 621.419 em 2021) e representado por 421.419 ações ordinárias e preferenciais nominativas, todas emitidas ao valor nominal de R$ 1,00 por ação as quais são todas de propriedade da Supremo Cimentos S.A.

20.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nessa rubrica a contrapartida do custo atribuído do ativo imobilizado registrado quando da adoção do CPCs/IFRS. Sua realização se dá na proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens do ativo imobilizado, que é registrada contra lucros acumulados.

20.4 Reserva de lucros

Nos termos do artigo 193 da Lei nº-6.404/76 a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações com prejuízos acumulados, e o saldo da reserva não deverá exceder a 20% do capital social.

A Companhia constituiu Reserva Legal em 2023, no montante de R$ 856 (R$ 2.098 em 2023).

21 Receitas de vendas

	2023	2022
Receita bruta de vendas	678.411	711.407
Coque	25.319	4.643
Cimento	599.191	663.108
Clinquer	45.913	42.350
Serviços de Concretagem	6.792	-
Receitas diversas	1.196	1.306
Impostos incidentes sobre vendas e devoluções	(169.366)	(178.999)
	509.045	532.408

22 Despesas por natureza

	2023	2022
Matéria-prima e materiais	(69.761)	(65.522)
Gastos com pessoal	(35.430)	(31.023)
Depreciação	(59.092)	(58.283)
Amortização e exaustão	(5.935)	(2.241)
Serviços profissionais de terceiros	(63.344)	(70.754)
Energia elétrica	(33.357)	(32.956)
Combustíveis e lubrificantes	(92.206)	(107.526)
Embalagens e armazenamento	(14.898)	(14.946)
Manutenção	(24.922)	(21.126)
Outras despesas e receitas operacionais	(36.329)	(27.004)
	(435.274)	(431.381)

Classificadas como:

	2023	2022
Custo produtos vendidos	(353.276)	(342.592)
Despesas administrativas	(16.724)	(13.738)
Despesas comerciais	(64.842)	(78.711)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(279)	118
Outras despesas operacionais líquidas	(153)	3.542
	(435.274)	(431.381)

Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Despesa de juros sobre empréstimos	(23.540)	(21.681)
Despesas de juros pagos a fornecedor	(29)	17
Variação a mercado de instrumentos financeiros (*)	(22.981)	(30.427)
Outras despesas financeiras	(20.070)	(5.539)
Despesas financeiras	(66.620)	(57.647)
Receita de aplicação financeira	4.505	11.326
Descontos obtidos	92	35
Variação cambial líquida	7.746	4.149
Atualização de tributos a compensar	146	229
Outras receitas financeiras	6.370	414
Receitas financeiras	18.859	16.153
Despesas financeiras, líquidas	(47.761)	(41.494)

(*) Valor referente ao resultado apurado pelas transações de instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhado na nota explicativa 14.

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Ativo		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	127.211	124.985
	127.211	124.985
Passivo		
Custo atribuído do ativo imobilizado	(60.108)	(60.755)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	(87.196)	(75.433)
	(147.304)	(136.188)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(20.093)	(11.203)

Imposto de renda e contribuição social

b. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.010	59.533
Alíquota nominal	34%	34%
Encargo fiscal pela alíquota nominal	(8.843)	(20.241)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões permanentes		
Despesas, doações e multas indedutíveis	(47)	2.916
Imposto de renda e contribuição social (correntes)	-	(6.299)
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	(8.890)	(11.026)

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, a recuperação desse imposto diferido iniciou-se em 2021, cuja expectativa realização integral deverá acontecer até em 2032.

a. *Venda de produtos*

	2023	2022
Vendas de produtos (receitas líquidas)		
Supremo Cimentos S.A.	57.825	57.059

Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas compartes relacionadas:

b. *Compra de produtos*

	2023	2022
Compras de produtos (líquidos impostos)		
Grupo SECIL	74.614	40.055
Supremo Cimentos S.A.	1.676	41.674
	76.290	81.729

As vendas são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação com prazo médio de recebimento de 28 dias. Estas transações são realizadas sob termos e condições negociados entre as partes, o que poderiam ser diferentes se realizados junto a terceiros.

d. *Saldos do fim do exercício*

	2023	2022
Contas a receber (i)		
Grupo SECIL	20	22
Supremo Cimentos S.A.	49.286	18.079
	49.306	18.101
Contas a pagar (i)		
Supremo Cimentos S.A.		
Grupo SECIL	26.114	34.266
Outras a pagar		
Supremo Cimentos S.A. (ii)	27.965	37.901
	27.965	72.167

(i) A Companhia realiza compras e vendas de matérias primas e produtos acabados das partes relacionadas.

28 Provisão para litígios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões nos montantes apresentados abaixo, que são consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso. O resumo das provisões para contingências está apresentado a seguir:

	2023	2022
Cíveis	7.595	7.595
Tributária	5.353	4.467
Trabalhista	2.154	640
	15.102	12.702

Movimentações da provisão

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2023	7.595	4.467	640	12.702
Constituição Provisão	-	886	3.161	4.047
Reversão Provisão	-	-	(1.647)	(1.647)
Pagamentos	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	**7.595**	**5.353**	**2.154**	**15.102**

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2022	12.599	331	927	13.857
Constituição Provisão	-	4.136	798	4.934
Reversão Provisão	-	-	(350)	(350)
Pagamentos	(5.004)	-	(735)	(5.739)
Saldo em 31/12/2022	**7.595**	**4.467**	**640**	**12.702**

Parte deste saldo, no montante de R$ 11.433 é referente a valor residual a ser pago aos acionistas em decorrência da deliberação pela redução de capital.

• **Contingências trabalhistas -** estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R$ 2.072 (R$ 2.072 em 2022). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	2023	2022
Cíveis	256	627
Tributária	5.426	7.000
Trabalhista	2.072	2.072
	7.754	9.699

Contingências cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais e processos relacionados a contratos com prestadoras de serviços contratados para construção da nova fábrica em Adrianópolis.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R$ 627 (R$ 627 em 2022). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

28.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2023				2022
	Nota	Valor justo - instrumentos de hedging	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Saldo contábil/ valor justo
Ativos financeiros:						
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	53.511	-	**53.511**	**55.124**
Contas a receber de clientes	8	-	81.026	-	**81.026**	**43.825**
		-	134.537	-	**134.537**	**98.949**
Passivos financeiros:						
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedging		11.421	-	-	**11.421**	**5.559**
Fornecedores	13	-	-	82.091	**82.091**	**79.024**
Arrendamento mercantil	15	-	-	7.073	**7.073**	**6.908**
Outras contas a pagar	17	-	-	33.922	**33.922**	**44.097**
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	331.868	**331.868**	**272.715**
		11.421	-	454.954	**454.954**	**408.303**

Instrumentos financeiros

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 6.

Tipo	Técnica de avaliação
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

Mensuração do valor justo

29.2 Gerenciamento de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito
• Risco de liquidez
• Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(i) Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros.

	Até um ano	Entre um e dois anos	De dois anos em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	79.024	-	-	79.024
Empréstimos e financiamentos	36.447	165.843	70.425	272.715
Outras contas a pagar	44.045	52	-	44.097
	159.516	165.895	70.425	395.836
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	82.091	-	-	82.091
Empréstimos e financiamentos	140.086	168.695	27.155	331.868
Outras contas a pagar	33.872	50	-	33.922
	256.049	168.7415	27.155	447.881

Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

(i) Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais compras e empréstimos são denominados, e a respectiva moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

Um resumo da exposição ao risco cambial da Companhia, está apresentado abaixo:

	2023	
	R$	U$
Passivos		
Fornecedores	(7.792)	(1.609)
Instrumentos financeiros derivativos	(8.851)	(1.828)
Empréstimos e Financiamentos	(77.460)	(15.999)
Exposição cambial líquida Passiva	(94.103)	(19.436)

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

D4Sign cfd36357-b6d1-42ab-b2d1-64c58226c9f9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

	2023 R$	2023 EUR
Passivos		
Instrumentos financeiros derivativos	(2.570)	(480)
Empréstimos e Financiamentos	(103.320)	(19.306)
Exposição cambial líquida Passiva	(105.890)	(19.786)

	2022 R$	2022 U$
Passivos		
Fornecedores	(5.017)	(961)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.754)	(911)
Empréstimos e Financiamentos	(83.483)	(15.999)
Exposição cambial líquida Passiva	(93.254)	(17.871)

	2022 R$	2022 EUR
Passivos		
Instrumentos financeiros derivativos	(804)	(104)
Empréstimos e Financiamentos	(55.668)	(10.000)
Exposição cambial líquida Passiva	(56.472)	(10.104)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(iii) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à taxas de juros variáveis. A administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	2023	2022
Valor Contábil		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (CDI)	53.347	52.078
Passivos financeiros		
Empréstimos Longo prazo (CDI)	(139.151)	(36.447)
Empréstimos e financiamentos curto prazo (CDI)	(103.320)	(236.268)
	(189.124)	(220.637)

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2023 (saldo contábil tendo por base o CDI de 13,03% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2023:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	331.868	10.810	21.620

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta principalmente à variação cambial do Dólar norte-americano e Euro. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da companhia ao aumento e à redução ou aumento de 25% ou 50% no Real em relação a essa moeda estrangeira.

	Notional Ativo / Passivo BRL	Notional Ativo / Passivo USD	Posição em 31/12/2023	Referência (*)	Provável	Cenários 25%	Cenários 50%	Cenários -25%	Cenários -50%
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas									
Swap de taxa de juros									
Empréstimos em moeda estrangeira									
US$ para R$	(90.136)	16.000	(98.987)	USD 4,8400	(98.987)	(123.733)	(148.480)	(74.240)	(49.493)
EUR para R$	(104.967)	19.256	(107.537)	EUR 5,3500	(107.537)	(134.421)	(161.305)	(80.652)	(53.768)
CDI com Swap	195.103	N/A	195.103	CDI 13,03%					
Exposição líquida			**(11.421)**		**(8.875)**	**(11.094)**	**(13.312)**	**(6.656)**	**(4.437)**

	Notional Ativo / Passivo BRL	Notional Ativo / Passivo USD	Posição em 31/12/2022	Referência (*)	Provável	Cenários 25%	Cenários 50%	Cenários -25%	Cenários -50%
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas									
Swap de taxa de juros									
Empréstimos em moeda estrangeira									
US$ para R$	(80.350)	16.000	(88.507)	USD 5,2500	(89.065)	(111.331)	(133.598)	(66.799)	(44.533)
EUR para R$	(55.500)	10.000	(56.481)	EUR 5,8700	(59.559)	(74.449)	(89.339)	(44.670)	(29.780)
CDI com Swap	135.850	N/A	139.429	CDI 12,15%	139.750	174.687	209.625	104.812	69.875
Exposição líquida			**(5.559)**		**(8.875)**	**(11.094)**	**(13.312)**	**(6.656)**	**(4.437)**

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 80%a 103% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários).

29.3 Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credores, mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

Na gestão de capital passamos a apresentar os saldos de empréstimos (Nota 14) e total dos arrendamentos mercantis (Nota 15), sem o acréscimo de juros:

	2023	2022
Total dos empréstimos (Nota 14)	328.201	269.656
Total dos arrendamentos mercantis (Nota 15)	7.073	6.908
Total instrumentos derivativos (Nota 25)	11.421	5.559
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(53.511)	(55.124)
Dívida líquida	293.184	226.999
Total do patrimônio líquido	560.549	584.861
Total do capital	853.733	811.860
Índice de alavancagem financeira - %	34	28

(*) O cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar americano e a taxa de juros CDI do Banco Central do Brasil (baseado na taxa SELIC) na data-base de 31/12/2023. Os demais riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

30 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

D4Sign cfd36357-b6d1-42ab-b2d1-64c58226c9f9 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.